

A verdade é revolucionária:



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

dos metalúrgicos de 1980, quando Lula foi preso e a diretoria toda do sindicato dos metalúrgicos foi presa. Os anos de 1977 a 1980 marcam, do ponto de vista institucional, a ditadura um pouco despreparada para lidar com a nossa produção, com o nosso esforço para fazer esses enfrentamentos.

Nesse sentido, para a Psicologia, é um momento em que se constrói e, apesar de termos essa realidade da repressão política que topava colocar seis militares dentro de uma sala de aula para tomar conta do curso de Psicologia, além de outros que estavam em outras turmas, havia espaços mais arejados, como a Fumec e, obviamente, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde as coisas tinham também sua dinâmica estudantil muito ativa. Isso significou o processo de enfrentamento da ditadura militar. O pensamento psicológico progressista, o pensamento psicológico socialmente arejado foi forjado no enfrentamento da luta contra a ditadura militar, foi produzido na fricção, em uma exigência de dar respostas em um momento de muito fechamento.

Isso é algo para deixar registrado: o aspecto da geração. De como isso influencia, até hoje, do ponto de vista do projeto posterior, no ideário do “Compromisso Social”. De como as ideias de base são patrimônio coletivo construído pela comunidade, o papel do movimento estudantil na formulação dos primeiros objetivos, ideias.

Em 1978, deixei de ser bancário e fui ser professor do ensino público de Minas Gerais. Envolvi-me na preparação de uma grande greve dos professores. Em 1979, o estado de Minas Gerais tinha aproximadamente 30 mil professores e fazíamos assembleias com doze mil pessoas, inspirados no que os metalúrgicos tinham feito no ABC. Colaborei na fundação da Associação dos Professores de Contagem e fui o presidente de 1979 até 1983. Fui também militante fundador da União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais, que era um sindicato estadual, com sessões locais.

Paralelamente, continuei fazendo o curso de Psicologia, com aulas, provas, trabalhos, tudo acontecendo ao mesmo tempo. O que

considero importante nessa passagem é que obviamente, em 1979, eu já não tinha o mesmo interesse pela Psicologia, porque eu tinha descoberto algo muito maior, que era o movimento sindical, eu já tinha experimentado os bancários reprimidos e agora estava experimentando as aprendizagens do movimento social.

O relatório dos registros do DOPS aponta que fui sendo monitorado, me dão conta de que algumas coisas eu achava que eram clandestinas, mas estavam sendo monitoradas, documentadas. Impressiona que eles capturavam apelidos pessoais que eu só usava em círculos muito restritos, o que significa que potencialmente tinha gente infiltrada nos círculos em que eu tinha confiança.

A colega Marília Cançado, que tinha me precedido na diretoria do diretório acadêmico, deve ter se formado no ano de 1979. Em 1980, a Marília Cançado trabalhou nos Correios como psicóloga. Ela militava na mesma organização política que eu e nós tínhamos uma ação de promover sindicatos livres em qualquer lugar. Os sindicatos eram todos tutelados pelo Ministério do Trabalho, nós fazíamos associação civil sem fins lucrativos, associávamos todo mundo e imprimíamos um caráter sindical, dávamos um caráter sindical. Foi assim na Associação Professores de Contagem, que eu fundei, e foi assim também na Associação Livre dos Funcionários dos Correios, de que a Marília Cançado foi ser dirigente.

Em 1980, na greve dos Correios, a Marília Cançado foi presa no DOPS. Eu me lembro de um feito político muito relevante: eu, não sendo ainda, estudante da Fumec, mas já estando lá como esses alunos pouco regulares, conversei com o diretório acadêmico, conseguimos fazer uma sensibilização e a faculdade inteira parou, fez uma greve porque uma ex-colega estava presa por estar fazendo o que a Psicologia devia fazer: lutar ao lado do povo brasileiro. Fez greve por uma semana inteira em defesa de uma colega que, afinal de contas, não era mais estudante, mas era psicóloga. Os estudantes faziam pedágios para pagar o advogado, porque ela era uma batalhadora e não tinha dinheiro para tal. A colega trabalhava nos Correios, era funcionária burocrática,

mas, no discurso político, nós dizíamos “uma colega psicóloga que está presa”, o que conseguiu despertar essa solidariedade.

Eu tive um processo na Lei de Segurança Nacional, também em 1980, exatamente por incentivar, promover greve em setores proibidos. Respondi, em Juiz de Fora, a um processo da Justiça Militar e fui absolvido. Essa foi a hora em que retornou um pouco o jogo da repressão, eu tive minha casa duas vezes empastelada, ou seja, eles reviraram tudo. Nessa época, que eu tive o cuidado de dormir cada noite em uma casa, de não ficar duas noites no mesmo lugar, foram meses bem tumultuados.

Situações parecidas aconteceram com outros companheiros de militância da mesma organização, como o Julio Pires e a Isis Magalhães. O Júlio Pires teve seu carro roubado, quando chegou à delegacia para dar queixa, tinha uma senhora que estava prestando queixa de que o carro tinha sido usado em um assalto e reconhecia que ele estava participando no assalto, o que era, obviamente, uma armação do DOPS contra a nossa organização.

Em 1980, outro colega, o Davi Maximiliano de Souza, que era economista e professor como eu, foi acusado da tentativa de promover um atentado contra o general Figueiredo no dia 21 de abril, quando ia começar a greve dos professores mineiros. Nesse dia, o general Figueiredo ia geralmente para Ouro Preto, transferia a capital do Brasil para lá – uma coisa que existia na época da ditadura, de homenagear o alferes, o patriotismo, aquela coisa. Colocaram na casa onde ele vivia com a mulher e uma criancinha umas bananas de dinamite, junto com umas peças de relógio velho. O Davi foi acusado por isso e foi preso em Juiz de Fora por causa dessa farsa.

Então, as coisas não eram tão brandas, já não se espancava, não se matava, mas a repressão ainda tinha poderes de intimidação. O ano de 1980 foi também o ano em que os elementos da discussão dentro da Psicologia ganharam esses conteúdos. Com os ares da redemocratização, é possível circular o debate, a discussão. A oportunidade de participação, de militância, apesar da época, foi relevante para o processo formativo dos estudantes de Psicologia.

Eu me formei, continuei professor de práticas agrícolas no ensino público, ensino fundamental, para a quinta série, em duas escolas em Contagem. Continuei militante, presidente da Associação dos Professores de Contagem e vice-presidente da União dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais, colaborei com a organização da Conferência das Classes Trabalhadoras.

Em 1982, já temos uma retomada do movimento sindical, que finalmente consegue realizar a primeira Conclat e, em 1983, temos o congresso das classes trabalhadoras que funda a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Figueiredo ainda é o presidente, mas todo o aparato repressivo está estruturado, ele continua fiscalizando, vigiando, tomando conta, anotando, denunciando, prendendo e impedindo o funcionamento das estruturas sindicais.

Em 1983, então, eu sou demitido e não consigo encaixe de trabalho. Eu já vinha desde 1982 fazendo estágio em Psicologia Clínica na cidade de Contagem, consultório sublocado de uma colega, à qual sou muito grato, que me passava os clientes, indicava, clínica liberal, era a única coisa que podíamos fazer. Na Psicologia, não tinha nada. Eu era um militante superpolitizado, participava de várias coisas, mas dentro da Psicologia não existia espaço para você fazer alguma coisa. Assim por ser superpolitizado, quando me organizei para trabalhar, só pude fazer Psicologia Clínica. Duas colegas me convidaram para trabalhar com Psicologia Educacional, mas não me sentia atraído por já trabalhar como professor, também por motivos ideológicos estava fora de cogitação e só me restou a clínica. Então, fui ser um psicoterapeuta liberal e assim o fiz até 1986, quando ingressei na Saúde Pública, com três anos de experiência de viver exclusivamente de consultório, de dedicação integral em três consultórios, um em Contagem, outro em Belo Horizonte, outro na cidade de Santa Luzia, ganhando um pouquinho de cliente aqui, um pouquinho ali, concentrando horários, porque ser psicólogo clínico foi o exercício profissional possível, mesmo para um militante de esquerda com boa experiência, naquela altura, com seis anos de escola na esquerda.

Vou encerrar com uma reflexão que fiz quando propus ao Conselho Federal esse projeto de resgatar as memórias da Psicologia e a ditadura militar. Falamos muito de temas mais evidentes, podemos falar dos psicólogos que foram torturados, podemos falar das movimentações da resistência de psicólogos, do movimento estudantil, mas algo que fica pouco perceptível é como a ditadura militar foi condicionante para a configuração da Psicologia nos marcos restritos da prática liberal. No trabalho institucional com escola ou na prática do trabalho como psicólogo organizacional ou, como a chamávamos, na época, Psicologia Industrial ou de consultório. Na minha geração, não havia outra opção de trabalho como psicólogo para massa, para o grande volume, nós tínhamos de ser todos psicólogos clínicos, isso não era uma opção, não era uma escolha, era uma configuração.

Eu falo porque, desde 1978, estávamos formulando as ideias de que era preciso abrir o espaço para a Psicologia Comunitária. Na minha turma, em 1977, um professor muito querido, que também é filósofo e colabora com o Sistema Conselhos, professor Carlos Dravin, mineiro, intelectual, foi praticamente cerceado. Reduziram sua carga horária de forma que ele não pudesse aceitar mais ter duas turmas e dar duas horas de aula por semana, então ele abriu mão, constrangeram-no a pedir demissão. Isso aconteceu porque ele era muito posicionado. Ele saiu e, na impossibilidade de encontrar outro professor para substituí-lo nessa disciplina, a direção da faculdade tentou negociar, oferecendo um professor de outra matéria e, no próximo semestre, ele seria recontratado. Isso não aconteceu, mas é interessante para ver como havia uma mobilização capaz de fazer negociações com a faculdade.

Fizemos uma reivindicação a fim de ter Psicologia Comunitária no nosso currículo. O professor que se apresentou para dar aula de Psicologia Comunitária era um norte-americano, que começou a dar aula dizendo: “Eu sou o professor de Psicologia Comunitária, eu estou há alguns anos no Brasil, eu trabalhei no Brasil no Corpo da Paz”. O Corpo da Paz é a fachada que inteligência norte-americana, a CIA, usou para infiltrar no Brasil agentes “americanófilos”, com a finalidade de

fazer propaganda pró-Estados Unidos, sobretudo no Nordeste. Iniciou-se um debate, que o interditou, ele não teve mais como dar aulas. No movimento estudantil, já havia clareza dessa questão do acordo *MEC–Usaid* na ditadura de 1968, de como os Estados Unidos infiltraram vários agentes de propaganda americanos nos movimentos comunitários e nós tivemos um exemplo.

Esse exemplo fala do clima que a ditadura militar produzia na Psicologia. Até quando nós, de maneira progressista, buscávamos uma saída como, por exemplo, ter a disciplina de Psicologia Comunitária, e tentavam enfiar um agente da CIA, do Corpo da Paz, como se ele pudesse falar para nós. Essa época tem essa marca, a marca de uma inquietação, mas de uma impossibilidade prática e a Psicologia sofreu a consequência desse efeito da ditadura militar, desse clinicalismo; dessa “doença da clínica”. Conheci bem esse contexto do qual resultou essa deformação na minha profissão como um efeito direto do cerceamento à liberdade de expressão, como censura a todos os aspectos relativos ao social e à dimensão políticas de vida em sociedade.

A supervalorização das escolas teóricas da Psicologia talvez seja um dos efeitos da ditadura militar que persistem até hoje na Psicologia, na forma de ensinar Psicologia, o respeito, a atitude quase que canônica, quase imexível, imutável de que aprender Psicologia necessariamente passa por você aprender as teorias e os sistemas psicológicos.

No primeiro período da UFBA, o foco são três teorias e sistemas psicológicos, como se a Psicologia fosse um somatório de behaviorismo, Psicanálise e *gestalt* e como se ensinar Psicologia fosse ensinar as teorias orientadoras das correntes psicoterápicas. Então, o que as pessoas perdem de vista ou não alcançam, muitas vezes, é porque temos esse predomínio na estruturação de nossos currículos, de as teorias e os sistemas psicológicos terem ainda importância como se elas fossem as grandes orientadoras da intervenção. O que hoje os fazeres dos psicólogos têm a ver com as teorias e os sistemas psicológicos? Muito pouca coisa, mas por que o ensino da Psicologia continua centrado nas teorias e nos sistemas psicológicos?

As teorias e os sistemas psicológicos respondem à necessidade de orientar a formação para a prática psicoterapêutica, porque, fundamentalmente elas servem para dar base a uma atuação profissional na Psicoterapia. Segundo a pesquisa que está saindo agora, entre 2.400 pessoas na Psicologia, 30% declara que faz psicoterapia. Essa não é mais a única, a principal área. É uma das áreas. Você tem 70% dos profissionais fazendo outras coisas. Então, por que continua a centralidade das teorias e sistemas psicológicos? Por que os psicólogos continuam se identificando assim: eu sou psicanalista, eu sou gestaltista, eu sou behaviorista, eu sou psicodramatista, por que essa definição de linhagem continua imperando para definição da identidade psicológica? A hipótese que coloco à disposição dos analistas, no futuro ou no presente, é de que esta configuração curricular que nós temos até os dias de hoje, a despeito da mudança radical da realidade do mundo do trabalho, é assim porque, durante o período da ditadura militar, a Psicologia não podia fazer leitura do social, leitura crítica da realidade, leitura das problemáticas, a única coisa que o psicólogo poderia ser era decorador de interiores, não é isso? Os sujeitos chegam com o interior todo desarrumado e damos uma arrumadinha no interior. O psicoterapeutismo, ou essa ênfase na imagem que até hoje a mídia reproduz, tem história. Precisamos observar o quanto disso vem do peso da história e o quanto a ditadura militar foi importante para que a Psicologia tivesse assumido essa fisionomia. Depois da nova Constituição de 1988 e da redefinição da cidadania e dos direitos, há uma Psicologia do Compromisso Social, uma Psicologia dos Direitos Humanos, uma Psicologia das Políticas Públicas. Significa que o clima arejado, o fato de ter liberdade, o fato de as pessoas poderem tratar dos problemas como eles são, interpelar as instituições, questionar os modos das políticas, cria a possibilidade da transformação do perfil profissional da Psicologia.

Usando a comparação: você tem um clima político, ele dá um resultado, você tem outro clima político, ele dá outro resultado. O problema é que o clima político que deu esse resultado é a marca dos

primeiros vinte anos de institucionalização da Psicologia sob a ditadura militar. Esse é o tema sobre o qual como instituição, como Psicologia, precisamos refletir. São vinte anos, os primeiros vinte anos, os mais preciosos vinte anos, os mais prometedores vinte anos da Psicologia brasileira ocorreram sob a ditadura militar. Em 1962, é a criação da profissão, 1964, é o golpe militar, e vai até 1984, com a eleição do Sarney, começa o fim da ditadura.

Vinte e cinco anos depois da Constituição percebe-se, nos modos de ser da Psicologia, efeitos oriundos de sua origem na ditadura militar. É como se nossos cursos de Psicologia, nossos currículos, nossos conteúdos, nossas concepções tivessem mudado muito com as diretrizes curriculares, mas o efeito mais permanente talvez seja na cabeça dos professores, que vão falar de teorias psicológicas e sistemas psicológicos, a ênfase que vão dar a isso na formação do psicólogo. Todos vão ser clínicos porque não têm outra coisa para fazer, porque você não pode pensar sociedade e os temas da sociedade.

Sou psicólogo, sou doutor em Psicologia e pós-doutor em Sociologia, mas eu me defino como psicólogo. Como psicólogo social, busco ser um ótimo clínico e como psicólogo clínico, tento compreender todas as dimensões sociais que envolvem as produções do sofrimento das pessoas.

Essa dicotomia entre a clínica e o social, resolvi assim: sou um psicólogo que, como clínico, sou muito social e, como social, sou muito clínico. Quer dizer, eu quero produzir a possibilidade da articulação dessas coisas e, por isso me defino assim.

Sou anistiado político e recebi indenização como reconhecimento dos prejuízos que a ditadura militar produziu na minha vida. Mas relutei muito. Tive acesso às informações que o Estado brasileiro recolheu de mim por mais de uma década. Pude constatar, no processo de anistia, como a nossa vida era bisbilhotada e essa informação era utilizada para nos prejudicar. Devo ter tido acesso em 2007. O processo de anistia foi, para mim, uma coisa interessante. Inicialmente, fiquei muito em

dúvida: legalmente eu tinha direito, eu não posso esquecer isso. Minha filha mais velha vai fazer 31 anos e, quando ela tinha seis meses, fiquei desempregado e fui pintar parede. Eu tinha um conhecido que tinha habilidades de pintar parede e eu tinha a competência de agenciar, de pedir telefones. Então, conseguimos trabalhos para imobiliárias. Passei cerca de quatro meses pintando parede porque tinha uma criança de oito meses para alimentar. Eu era uma pessoa superindependente e tive que aceitar ajuda familiar. É óbvio que essas coisas causam constrangimento, mas depois disso foi útil.